

Ecologia e Economia



A poluição, definida como agressão à Natureza através dos efeitos consequentes dos processos tecnológicos, ou seja, da operação dos sistemas concebidos e utilizados pelo Homem, evidenciou-se uma característica perniciosa da industrialização intensiva. Os países mais industrializados corrompem o equilíbrio ecológico em vários aspectos das constantes interações dos sistemas de produção com o universo natural que os rodeia. São sobretudo as concentrações excessivas (em relação a um padrão aceitável de qualidade) que determinam a progressiva acumulação das causas deteriorantes do ambiente.

Parece assim que os países com incipiente industrialização, onde Portugal se inclui, não sofrem da maleita poluidora. Tão singela inferência não é obviamente legítima. Olhando bem o que se passa à nossa volta notam-se frequentes exemplos de poluição industrial (para além de outros espectros poluidores). Há instalações industriais que operam sem a mínima salvaguarda dos bens (naturais ou não) que com elas interactuam: fábricas de peixe, de óleos, de curtumes, etc.

Os países que vão à frente na industrialização já sofreram dessa agressividade. Tiveram que concluir pela definição de limites aceitáveis, contrabalançando as necessidades de preservar a vida natural em condições de bom convívio com os homens e os investimentos económicos exigíveis por medidas que cumpram essas condições. Aconteceu até muitas vezes que esses limites admissíveis se foram apertando, obrigando ao aperfeiçoamento das

técnicas despoluidoras.

Portugal vai inserir-se no Mercado Único Europeu, em especial ao nível económico. Neste sentido, a modernização das indústrias portuguesas tem de ser uma realidade, por razões imperiosas de sobrevivência e equilíbrio tecno-económico no concerto global europeu. Mais instalações industriais hão-de surgir, pois o objectivo apontado pretende dar dimensão industrial a Portugal. Estamos portanto no caminho que outros países já trilharam. Porque não aprender com a sua experiência?

Segundo estas lições da negatividade devemos aceitar (praticar) as regras restritivas de operação dos sistemas produtivos. Tal como nos países com maior poder de investimento, também teremos de seguir os mesmos objectivos de protecção do meio ambiental. Os investidores estrangeiros que se queiram instalar em território português (assim como no correspondente aos investimentos nacionais) terão de prever sistemas despoluidores satisfazendo as normas europeias. Não se pode tolerar que os industriais estrangeiros (e nacionais, evidentemente), na mira da utilização de mão-de-obra barata, venham criar situações de degradação ambiental, tanto ao nível ecológico tradicional como mesmo no plano da higiene e segurança.

O esforço de modernização, prosseguindo uma orientação decidida de passagem da actual economia baseada na mão-de-obra para uma nova economia assente na massa cinzenta não poderá ignorar os melhores padrões de qualidade de vida, cujos aspectos particulares

da segurança e da ecologia são fundamentais como valores sociais. Produzir produtos apetecidos pela sociedade consumidora e simultaneamente desrespeitar a harmonia da convivência ambiental será negar o princípio sistémico do equilíbrio global da Natureza. Nesta ordem de ideias a economia não se pode dissociar da ecologia. Produzir bem e barato são objectivos económicos. Produzir sem degradação humana nem ambiental constituem finalidades ecológicas. A produção industrial aparece assim subordinada às leis da economia e da ecologia. Os investimentos financeiros em meios produtivos devem ser acompanhados de investimentos que promovam o seu funcionamento dentro das condições limítrofes que as boas regras de arte determinam e se vão catalogando em directivas comuns.

É claro que um país como o nosso, preocupado sobretudo em incrementar os níveis de competitividade, terá mais dificuldades financeiras que os países industrializados para acorrer à integração que garanta condições operacionais aceitáveis. Mas isso não pode servir de escusa. A legislação aplicável terá de ser inflexível na aplicação, a menos que se queira «criar riqueza» pela industrialização e destruir a maior fortuna que dispomos, uma vida saudável e aberta, que alimenta o próprio futuro.

Compreende-se agora a tese sistémica de encarar a ecologia e a economia como um todo.